

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0197675-4

246

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 227.2009.001248-0

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara

IMPETRANTE : Francisco Shyney Alencar de Barros

PACIENTE : Francisco Gomes de Souza

PROCURADOR(A) : José Correia de Araújo

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE POR INFRAÇÃO AO ART. 12, DA LEI 10.826/03. ATIPICIDADE DA CONDUTA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE DENUNCIADO POR FORMAÇÃO DE QUADRILHA JUNTAMENTE COM OUTROS 04 ACUSADOS. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL DA IMPETRAÇÃO COM PROCESSO ORIGINÁRIO. ORDEM DENEGADA.

5482

I – Não faz jus ao trancamento da ação penal, por atipicidade da conduta, o paciente preso em flagrante delito por infração ao art. 12, da Lei 10.826/03 e posteriormente denunciado por formação de quadrilha armada, juntamente com outros 04 (quatro) co-acusados, ante a ausência de relação fático-processual entre a impetração e o processo originário.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0197675-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 13 de janeiro de 2010.

Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente / Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



247

HABEAS CORPUS Nº: 0197675-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 227.2009.001248-0

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara
IMPETRANTE : Francisco Shyney Alencar de Barros
PACIENTE : Francisco Gomes de Souza
PROCURADOR(A) : José Correia de Araújo
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O Bel. **Francisco Shyney Alencar de Barros** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Francisco Gomes de Souza**, preso em flagrante delito no dia 01.09.2009, por infração ao art. 12¹, da Lei 10.826/03, ao argumento de que a conduta imputada ao paciente é atípica, porquanto a Lei 11.922/09 ampliou o prazo para o registro de armas de fogo para o dia 31 de dezembro de 2009, pugnano pela extinção da punibilidade do acusado, com a expedição d o competente alvará de soltura.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 07/15.

Em decisão interlocutória de fls. 22/23, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 27/29, acompanhadas dos documentos de fls. 31/37.

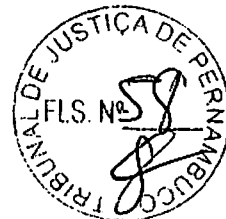
Em cota de fls. 40, a douta Procuradoria de Justiça requereu que fosse oficiada a autoridade coatora para informar se já existia denúncia e, caso positivo, que enviasse cópia da peça acusatória, para que possa emitir parecer acerca da liberdade requerida.

¹ Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:
Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



248

Às fls. 43/46 foi juntada cópia da denúncia.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 51/52).

É o relatório.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



249

HABEAS CORPUS Nº: 0197675-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 227.2009.001248-0

COMARCA : Ouricuri – 1ª Vara

IMPETRANTE : Francisco Shyney Alencar de Barros

PACIENTE : Francisco Gomes de Souza

PROCURADOR(A) : José Correia de Araújo

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de pedido de *Habeas Corpus* em que o impetrante alega a atipicidade da conduta pela qual o paciente foi indiciado, art. 12, da Lei 10.826/03, pugnando, pelo trancamento da ação penal nº 227.2009.001248-0, a que reponde perante a 1ª Vara da Comarca de Ouricuri, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Muito embora o paciente tenha sido preso em flagrante delito por infração ao art. 12, da Lei 10.826/03, o mesmo foi denunciado por infração ao art. 288, do Código Penal, juntamente com outros 04 (quatro) acusados, conforme cópia da denúncia de fls. 43/46, acusado de fazer parte de uma associação criminosa envolvida na prática de roubo de motocicleta, adulteração de chassis e receptação.

Cuido não assistir razão à impetração, como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça em seu judicioso parecer, *verbis* (fls. 51/52):

"(...) Em atenção à cota desta Procuradoria de Justiça foi anexada a denúncia formulada contra o paciente e outros quatro indivíduos, onde se verifica que com eles foram apreendidos um verdadeiro arsenal, consistente em 2 revólveres, 2 espingardas e dezenas de cartuchos intactos, além de uma motocicleta roubada, havendo todos sido denunciados pela prática de receptação e formação de quadrilha.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

250

Como se vê do despacho de fls. 35/37, a indigitada autoridade coatora negou o pedido de liberdade provisória ao paciente e seus companheiros, por entender presentes os requisitos do art. 312 do CPP, considerando que as condutas imputadas demonstram a necessidade da manutenção da custódia preventiva, como garantia da ordem pública.

Realmente, se faz necessária a manutenção da prisão cautelar do paciente, porque os fatos narrados na denúncia são de extrema gravidade, posto que a ação praticada por ele e demais comparsas, foi de tamanha ousadia que deixou em pânico a população do município de Ouricuri, cumprindo destacar que na residência dele foi encontrado o arsenal descrito na denúncia, de forma que a conduta a ele imputada, contrariando o que foi alegado pelo impetrante, foi tipificada no art. 288 do CP e não no art. 12 da Lei 10.826/2003. (...)”.

Como observado, a impetração não guarda qualquer relação fático-processual com o a ação penal nº 227.2009.001227-8 a que responde o paciente perante a 1ª Vara da Comarca de Ouricuri, não se podendo falar em atipicidade da conduta de posse de arma fogo, uma vez que o acusado responde por formação de quadrilha.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora